



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Área Requisitante (Secretaria/Setor): Secretaria Municipal de Saúde

SERVIÇOS MEDICOS E FISIOTERAPEUTICOS SOLICITADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE MONTE CARMELO - MG.

1. INTRODUÇÃO

O presente documento caracteriza a etapa inicial da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos que levaram à necessidade de abertura de processo, conforme necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente tal contratação e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE

Descrição da Necessidade

A Secretaria Municipal de Saúde de Monte Carmelo/MG enfrenta a necessidade de ampliar e qualificar a oferta de serviços médicos e fisioterapêuticos à população, diante da crescente demanda por atendimentos especializados e procedimentos diagnósticos e terapêuticos. A estrutura própria do município, embora essencial, mostra-se insuficiente para absorver integralmente as necessidades assistenciais, especialmente no que se refere a especialidades como ortopedia, cardiologia diagnóstica e reabilitação fisioterapêutica.

Nesse contexto, observa-se a existência de demandas reprimidas relacionadas a consultas especializadas, exames de média complexidade, procedimentos cirúrgicos ortopédicos (eletivos e de urgência) e atendimentos fisioterapêuticos voltados à reabilitação funcional, incluindo pacientes em pré e pós-operatório e aqueles com distúrbios neurocinético-funcionais e comprometimentos cognitivos. A ausência ou insuficiência desses serviços compromete a continuidade do cuidado, agrava quadros clínicos e impacta negativamente a qualidade de vida da população.

Dessa forma, o credenciamento de empresas especializadas para a prestação de serviços médicos e fisioterapêuticos apresenta-se como solução adequada para garantir a ampliação da rede assistencial, assegurando atendimento contínuo, descentralizado e de qualidade. A medida atende ao interesse público ao promover maior acesso aos serviços de saúde, reduzir filas de espera e proporcionar maior eficiência na utilização dos recursos públicos, em consonância com os princípios da universalidade, integralidade e equidade do Sistema Único de Saúde (SUS).

3. DO PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO

A contratação está devidamente alinhada com todos os instrumentos de planejamento orçamentário vigentes.

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO



A definição dos requisitos da contratação foi elaborada com base nas especificidades dos serviços médicos e fisioterapêuticos a serem credenciados, considerando as diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), as necessidades operacionais da Secretaria Municipal de Saúde de Monte Carmelo/MG. Tais requisitos visam assegurar a adequada prestação dos serviços, com qualidade, segurança e eficiência, contemplando aspectos técnicos, funcionais, operacionais e de sustentabilidade, além de garantir a compatibilidade entre a capacidade dos prestadores e a demanda assistencial do município.

Requisitos técnicos

- Comprovação de registro da empresa e dos profissionais nos respectivos conselhos de classe (CRM e CREFITO);
- Formação superior em Medicina e Fisioterapia, conforme o serviço, com especialização nas áreas exigidas (cardiologia, ortopedia, otorrinolaringologia, entre outras);
- Comprovação de título de especialista para execução de exames e procedimentos específicos (ex: ecocardiograma, teste ergométrico, cirurgias ortopédicas);
- Cumprimento das normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária e demais legislações sanitárias vigentes;
- Capacidade de execução de procedimentos conforme codificação e diretrizes do SUS (incluindo grupos e subgrupos de procedimentos cirúrgicos).

Requisitos funcionais

- Execução dos serviços conforme demanda regulada pela Secretaria Municipal de Saúde, incluindo:
- Avaliação e regulação de encaminhamentos entre Atenção Básica e Especializada;
- Realização de exames diagnósticos conforme solicitação médica;
- Atendimento ambulatorial especializado (ex: ortopedia);
- Execução de procedimentos cirúrgicos eletivos e de urgência/emergência;
- Exames com quantitativos semanais e mensais previamente estabelecidos;
- Registro das atividades em sistemas oficiais de regulação (ex: e-SUS Regulação ou equivalente);
- Emissão de laudos, relatórios e prontuários completos;
- Garantia de contrarreferência e integração entre níveis de atenção;
- Realização de atendimentos fisioterapêuticos na APAE, conforme tipologia dos pacientes;

Requisitos operacionais

- Cumprimento da carga horária mínima exigida para determinados serviços;
- Execução dos serviços nos locais definidos: Central de Regulação; Centro de Especialidades Médicas; Hospital Municipal Alberto Nogueira; APAE;
- Pagamento condicionado à produção efetivamente realizada e autorizada pela regulação municipal;
- Disponibilidade de agenda compatível com a demanda;
- Substituição imediata de profissionais em caso de ausência;



- vigência contratual conforme disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e instrumentos convocatórios.

Requisitos de desempenho e controle

- Observância dos valores previamente aprovados pelo Conselho Municipal de Saúde;
- Atendimento aos prazos definidos pela regulação municipal;
- Rastreabilidade dos atendimentos realizados.

Requisitos de sustentabilidade

- Gerenciamento adequado dos resíduos de serviços de saúde (RSS);
- Uso racional de insumos e recursos;
- Adoção de boas práticas de biossegurança;
- Preferência por equipamentos com eficiência energética;
- Conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

5. DO QUANTITATIVO ESTIMADO

Descrições e Quantidades: A descrição dos serviços, procedimentos, quantidades e cópia da Ata do Conselho Municipal de Saúde de Monte Carmelo seguem em anexo. (ANEXO DE ITENS).

Justificativa da quantidade e Memória de Cálculo: A definição dos quantitativos para o exercício de 2026 foi realizada a partir da análise da produção assistencial do ano de 2025, conforme demonstrado nos anexos técnicos e, os quais evidenciam variações relevantes entre os períodos analisados. As diferenças observadas decorrem de processo de revisão técnica dos dados históricos, com o objetivo de corrigir distorções, adequar a oferta de serviços à real capacidade operacional do município e incorporar a demanda reprimida identificada ao longo da execução anterior. Verifica-se que determinados procedimentos tiveram seus quantitativos reduzidos, em razão de superdimensionamento anterior ou baixa execução histórica, enquanto outros foram ampliados de forma significativa, especialmente em áreas de maior complexidade e impacto clínico, refletindo a necessidade de expansão da oferta assistencial. Ademais, observa-se a padronização de quantitativos mínimos para diversos procedimentos, com vistas a assegurar a continuidade, a regularidade e a universalidade do atendimento à população. Ressalta-se que variações percentuais expressivas não representam inconsistências, mas sim ajustes decorrentes do aprimoramento do planejamento da saúde municipal, fundamentado em critérios técnicos, epidemiológicos e assistenciais. Tal abordagem contribui para a racionalização dos recursos públicos, maior eficiência na execução contratual e melhor direcionamento das ações de saúde. Adicionalmente, as estimativas foram analisadas e debatidas em reunião do Conselho Municipal de Saúde, cuja participação contribuiu para o alinhamento dos quantitativos previstos às reais necessidades da população e às diretrizes da política municipal de saúde. Tal procedimento reforça a legitimidade do planejamento da contratação, bem como a aderência da solução proposta ao interesse público e aos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS). Por fim, destaca-se que, em razão da natureza do credenciamento, os quantitativos estimados possuem caráter meramente referencial, não implicando garantia de consumo mínimo ou máximo por prestador credenciado. A efetiva contratação e utilização dos serviços ocorrerão conforme a demanda apresentada pela Secretaria Municipal de Saúde,



observados os fluxos regulatórios, os critérios administrativos e assistenciais estabelecidos, bem como a disponibilidade orçamentária, assegurando a eficiência na alocação dos recursos públicos.

6. DO LEVANTAMENTO DE MERCADO

O levantamento de mercado realizado evidencia que a Administração Pública dispõe de diferentes alternativas para a prestação de serviços médicos e fisioterapêuticos, especialmente no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), sendo as principais: contratação de profissionais por vínculo direto (mediante concurso público ou contratação temporária); contratação de empresas por meio de procedimento licitatório tradicional, e credenciamento de prestadores especializados.

A contratação por vínculo direto, mediante concurso público, constitui a forma ordinária de provimento de cargos permanentes, assegurando estabilidade e continuidade dos serviços. Entretanto, essa modalidade apresenta limitações relevantes quando aplicada a demandas especializadas e variáveis, como é o caso dos serviços objeto deste estudo. Ressalta-se que o Município de Monte Carmelo/MG realizou recentemente concurso público para provimento de cargos na área da saúde; contudo, o certame não contemplou integralmente as especialidades. Ademais, a rigidez do regime estatutário, os limites legais de despesa com pessoal e a dificuldade de provimento e fixação de especialistas em determinadas áreas tornam essa alternativa insuficiente, de forma isolada, para atender à totalidade da demanda assistencial do município.

No que se refere à contratação por meio de licitação tradicional, observa-se que, embora permita a seleção de proposta mais vantajosa sob critérios objetivos, essa modalidade tende a restringir o número de prestadores contratados, especialmente quando adotados critérios de julgamento como menor preço global ou por lote. Tal limitação pode comprometer a capacidade de atendimento, sobretudo em cenários de demanda flutuante e necessidade de múltiplos pontos de prestação de serviços. Além disso, a eventual dependência de um único fornecedor pode aumentar os riscos de descontinuidade dos serviços e reduzir a flexibilidade da gestão pública.

Por sua vez, o credenciamento configura-se como solução amplamente adotada por entes públicos para a formação de rede complementar de saúde, permitindo a habilitação contínua de todos os interessados que atendam aos requisitos previamente estabelecidos. Esse modelo se mostra particularmente adequado para serviços de natureza contínua, com demanda variável e necessidade de capilaridade, como consultas especializadas, exames diagnósticos e atendimentos fisioterapêuticos. Ademais, o credenciamento possibilita o pagamento por produção efetivamente realizada, conforme parâmetros definidos pela Administração, como demonstrado no anexo técnico, promovendo maior controle, economicidade e alinhamento entre oferta e demanda.

Diante do exposto, conclui-se que o credenciamento de empresas especializadas representa a solução mais adequada sob os aspectos técnico e econômico, por permitir a complementação da rede pública sem ampliação permanente do quadro de pessoal, garantir maior flexibilidade administrativa, ampliar a competitividade e assegurar a continuidade e a eficiência dos serviços prestados à população, especialmente em áreas não contempladas pelo quadro efetivo do município.

O modelo de credenciamento mostra-se compatível com a hipótese de contratação paralela e não excludente prevista no art. 79, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando a



inviabilidade de competição decorrente da possibilidade de contratação simultânea de todos os interessados que atendam às condições previamente estabelecidas pela Administração Pública.

7. DA ESTIMATIVA DO VALOR

Justificativa do Valor: A estimativa do valor para o credenciamento de empresas especializadas na prestação de serviços médicos e procedimentos cirúrgicos foi apurada a partir de critérios técnicos e administrativos, incluindo a realização de reunião do Conselho Municipal de Saúde, instância colegiada de controle social, na qual os membros analisaram, avaliaram e validaram os valores propostos. Tal procedimento conferiu maior legitimidade, transparência e aderência da estimativa às reais necessidades da população do Município de Monte Carmelo/MG. Para a definição dos valores, foram considerados parâmetros similares adotados por outros entes da Administração Pública, em consonância com as diretrizes da Lei nº 14.133/2021. Durante a reunião, o Conselho Municipal de Saúde procedeu à análise das estimativas de custos à luz da capacidade financeira do Município, das projeções de demanda por serviços médicos e cirúrgicos e dos limites impostos pela legislação de responsabilidade e controle das despesas públicas. Os valores foram definidos com base em pesquisa de preços realizada em contratações similares, bancos públicos e validação pelo Conselho Municipal de Saúde. A metodologia adotada buscou assegurar que o valor estimado fosse compatível com a realidade local, preservando o equilíbrio fiscal e promovendo o uso eficiente dos recursos públicos. Dessa forma, o valor apurado reflete uma estimativa realista, fundamentada e compatível com o mercado, atendendo às necessidades da população e às condições financeiras do Município.

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO E DAS EXIGÊNCIAS

A solução proposta consiste no credenciamento de pessoas jurídicas especializadas na prestação de serviços médicos e fisioterapêuticos, visando a formação de uma rede complementar de atendimento à saúde no Município de Monte Carmelo/MG. Essa rede atuará de forma integrada à estrutura pública existente, atendendo às demandas reguladas pela Secretaria Municipal de Saúde, especialmente no que se refere à Atenção Especializada, exames diagnósticos, procedimentos cirúrgicos ortopédicos e reabilitação fisioterapêutica.

A solução abrange a prestação de serviços médicos em diversas frentes, incluindo: atuação de médico regulador na interface entre Atenção Básica e Atenção Especializada, com carga horária definida e atuação na Central de Regulação; realização de exames cardiológicos (teste ergométrico, ecocardiogramas com estresse físico e transesofágico); execução de exames otorrinolaringológicos (videonasolaringoscopia e videonasofibrolaringoscopia); consultas especializadas em ortopedia; e realização de cirurgias ortopédicas eletivas, de urgência e emergência, com cobertura contínua, inclusive 24 horas por dia, no ambiente hospitalar. Os serviços serão executados conforme protocolos clínicos, fluxos regulatórios e quantitativos estimados definidos pela Administração, conforme detalhado no anexo técnico.

No âmbito da fisioterapia, a solução contempla a prestação de atendimentos voltados à reabilitação de pacientes com disfunções musculoesqueléticas, alterações motoras, distúrbios neurocinético-funcionais e comprometimentos cognitivos, com execução dos serviços nas



dependências da APAE, conforme pactuação com a Secretaria Municipal de Saúde. Esses atendimentos deverão seguir diretrizes técnicas específicas, com foco na recuperação funcional, melhoria da qualidade de vida e redução de complicações clínicas.

A operacionalização da solução será realizada por meio de sistema de regulação municipal, responsável pelo encaminhamento, autorização e controle dos atendimentos. O pagamento aos credenciados será vinculado à produção efetivamente realizada e devidamente autorizada, garantindo maior controle e eficiência na aplicação dos recursos públicos.

Adicionalmente, a solução prevê a obrigatoriedade de manutenção da qualidade assistencial, cumprimento de prazos, observância às normas sanitárias e garantia de continuidade dos serviços, inclusive mediante substituição de profissionais quando necessário.

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Considerando que a presente contratação será realizada por meio de credenciamento, não se aplica, em sentido estrito, o parcelamento nos moldes das licitações tradicionais. Todavia, a estruturação do objeto foi definida de forma a compatibilizar a ampliação da participação de prestadores com a necessidade de eficiência e integração dos serviços.

Os serviços médicos ambulatoriais e diagnósticos, compreendendo médico regulador da Atenção Básica e Especializada, exames cardiológicos (teste ergométrico, ecocardiograma com estresse físico e transesofágico), exames otorrinolaringológicos (videonasolaringoscopia e videonasofibrolaringoscopia) e consultas em ortopedia, serão organizados por itens, possibilitando a habilitação de prestadores conforme sua área de atuação específica, promovendo maior competitividade e ampliação da oferta de serviços.

Por sua vez, os procedimentos cirúrgicos ortopédicos (eletivos, de urgência e emergência) serão estruturados em lote único, em razão da necessidade de integralidade da assistência, da padronização dos serviços, da exigência de disponibilidade contínua (24 horas) e da complexidade envolvida na execução dos procedimentos no ambiente hospitalar. Tal medida visa assegurar maior eficiência na gestão contratual e na prestação dos serviços, evitando a fragmentação que possa comprometer a qualidade do atendimento.

Da mesma forma, os atendimentos fisioterapêuticos, a serem realizados na APAE, abrangendo pacientes em pré e pós-operatório nas disfunções musculoesqueléticas, alterações motoras, distúrbios neuro-cinético-funcionais e comprometimento cognitivo, serão estruturados em lote, considerando a necessidade de padronização dos atendimentos, integração da equipe multiprofissional e organização logística em local único de execução.

Dessa forma, a combinação entre contratação por itens e por lote mostra-se tecnicamente adequada, pois permite ampliar a participação de prestadores nos serviços de menor complexidade e maior especialização individual, ao mesmo tempo em que assegura a eficiência, a continuidade e a qualidade na execução dos serviços que demandam maior integração operacional, em consonância com os princípios da eficiência, economicidade e interesse público.

10. DOS RESULTADOS PRETENDIDOS



A contratação visa garantir a ampliação da capacidade de atendimento da rede municipal de saúde, especialmente no que se refere à oferta de serviços especializados, exames diagnósticos, procedimentos cirúrgicos ortopédicos e atendimentos fisioterapêuticos, assegurando maior cobertura assistencial à população.

Como resultados esperados, destacam-se: a melhoria na organização do fluxo de regulação entre os níveis de atenção, o aumento da resolutividade dos atendimentos e a otimização da utilização da estrutura existente, mediante integração entre a rede pública e os prestadores credenciados.

Do ponto de vista da gestão de recursos, espera-se maior eficiência na execução orçamentária, considerando o modelo de pagamento por produção, bem como melhor alocação dos recursos humanos e operacionais, sem necessidade de ampliação permanente do quadro de pessoal.

11. DAS PROVIDÊNCIAS

Previamente à celebração dos contratos decorrentes do credenciamento, deverão ser adotadas providências administrativas e operacionais necessárias para garantir a adequada execução dos serviços. Dentre elas, destaca-se a finalização e publicação do edital de credenciamento, com definição clara dos requisitos de habilitação, critérios de credenciamento e regras de execução dos serviços.

Deverá ser assegurada a organização dos fluxos de regulação, agendamento e encaminhamento de pacientes, bem como a integração dos sistemas utilizados pela Secretaria Municipal de Saúde com os prestadores credenciados, garantindo o correto registro, controle e monitoramento da produção assistencial.

Além disso, será necessária a verificação das condições estruturais dos locais de execução dos serviços, incluindo o Centro de Especialidades, Hospital Municipal Alberto Nogueira e APAE, bem como a disponibilidade de insumos e suporte operacional para viabilizar os atendimentos, especialmente no caso de procedimentos cirúrgicos e fisioterapêuticos.

Por fim, deverão ser designados servidores responsáveis pela fiscalização e gestão dos contratos, com eventual capacitação quanto aos procedimentos de acompanhamento, controle de produção e avaliação dos serviços prestados, assegurando o cumprimento das obrigações contratuais e a qualidade da assistência ofertada.

12. DAS CONTRATAÇÕES CORRELATAS

A presente contratação está relacionada a outras contratações necessárias à manutenção da rede municipal de saúde, como aquisição de insumos, medicamentos e materiais médico-hospitalares, bem como à operacionalização das unidades de saúde.

Os serviços a serem credenciados são complementares à estrutura existente, dependendo da integração com os sistemas de regulação, agendamento e da disponibilidade de infraestrutura nas unidades de atendimento, incluindo o Hospital Municipal Alberto Nogueira, Centro de Especialidades e APAE.



Adicionalmente, a execução dos procedimentos, especialmente os cirúrgicos e fisioterapêuticos, está condicionada à existência de suporte operacional, como equipe multiprofissional, insumos e estrutura física adequada.

13. DOS IMPACTOS AMBIENTAIS

A execução dos serviços poderá gerar impactos ambientais relacionados principalmente à geração de resíduos de serviços de saúde (RSS), consumo de energia e utilização de materiais descartáveis.

Como medidas mitigadoras, será exigido dos prestadores o cumprimento das normas sanitárias e ambientais vigentes, especialmente quanto ao gerenciamento adequado dos resíduos, bem como a adoção de práticas de uso racional de recursos e manutenção de equipamentos, visando à redução dos impactos ambientais.

14. DA CONCLUSÃO

Diante da análise realizada, conclui-se que a contratação por meio de credenciamento de pessoas jurídicas para a prestação de serviços médicos e fisioterapêuticos mostra-se adequada e necessária para o atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Monte Carmelo/MG. A solução proposta está alinhada às necessidades assistenciais identificadas, especialmente no que se refere à ampliação da oferta de serviços especializados, exames diagnósticos, procedimentos cirúrgicos ortopédicos e atendimentos fisioterapêuticos, contribuindo para a melhoria da organização e da capacidade de resposta da rede municipal de saúde.

Sob os aspectos técnico e econômico, o modelo adotado apresenta-se eficiente e vantajoso, ao permitir a contratação de múltiplos prestadores, com pagamento vinculado à produção efetivamente realizada, garantindo maior flexibilidade, controle dos gastos públicos e melhor aproveitamento dos recursos disponíveis. Ademais, a solução está em consonância com os princípios da administração pública e com as diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), demonstrando-se adequada, viável e alinhada ao interesse público.

Monte Carmelo/MG, 09 de fevereiro de 2026.

Carlos Antônio Resende
Elaborador do DFD

Paulo Rodrigues Rocha
Secretário Municipal de Saúde